



SEGREGAÇÃO DE FINANÇAS EMPRESARIAIS E PESSOAIS: IMPORTÂNCIA E PRÁTICA NO RAMO HOTELEIRO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS¹

Victória Roussenq Camilo²

Kélim Bernardes Sprenger³

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como ocorre a separação das finanças empresariais e pessoais no ramo hoteleiro de São Francisco de Paula/RS, bem como a importância dessa prática, tendo como base o Princípio da Entidade. Para tanto, aplicou-se uma pesquisa de campo, conduzida por questionário com 14 empresários do ramo. Os principais resultados apontam o desconhecimento do Princípio da Entidade. Além disso, a separação das finanças pessoais e empresariais é feita por 50% dos respondentes, bem como o pagamento de contas do sócio com dinheiro da empresa. O controle de contas é realizado de forma integrada (pessoa física e pessoa jurídica juntos) ou inexistente. Os meios de controle mais utilizados são o extrato bancário, caderno e planilha. Os principais motivos elencados para a não observação do Princípio da Entidade seriam a falta de um sócio para quem devesse prestar contas e a falta de planejamento financeiro. Os resultados também mostram a consciência em relação aos impactos da não separação das finanças bem como a relevância da prática. Além disso, verifica-se a importância atribuída à Instrução/Educação financeira como aliada na gestão empresarial e o interesse pela busca de mais informações sobre contabilidade e finanças.

Palavras-chave:

Princípio da Entidade; Finanças Empresariais; Ramo Hoteleiro.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the separation of business and personal finances occurs in the hotel industry of São Francisco de Paula/RS, as well as the importance of this practice. For that, a field research was applied, conducted by questionnaire with 14 businessmen of the branch. The main results point to the lack of knowledge of the Accounting Principle of the Entity. In addition, the separation of personal and business finances is made by half of the

¹ Trabalho de Conclusão de Curso. Data da submissão e aprovação:

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. *E-mail:* victoriacamilo@sou.faccat.br.

³ Professor orientador das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. *E-mail:* kelim.sprenger@faccat.br.

respondents as well as the payment of the partner's bills with company money. Account control is performed in an integrated or non-existent way. The most used means of control are the bank statement, notebook and spreadsheet. The main reasons listed for the occurrence of this mixture would be the lack of a partner and the lack of financial planning. The results also show awareness of the impacts of non-separation of finances as well as the relevance of the practice. There is also the importance attributed to Financial Instruction/Education as an ally in business management and the interest in the search for more information on accounting and finance.

Keywords: Entity Principle; Business Finance; Hotel branch.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se da importância que as empresas representam para o desenvolvimento da economia e o quão significativo é que os sócios e gestores possuam um controle financeiro estruturado e consciente, de forma a desenvolver e promover o crescimento das empresas com segurança. A contabilidade é primordial no direcionamento de um negócio, inclusive no que se refere à sua estruturação financeira.

Ao longo de vários anos do exercício da Ciência Contábil, foram desenvolvidos princípios que regem essa prática. Entre os quais consta o da Entidade, estabelecido pela Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Segundo Iudícibus (2010), o Princípio da Entidade, dispõe que o patrimônio da Entidade não deve ser confundido com o patrimônio dos seus sócios ou acionistas. Ainda, de acordo com Gonçalves e Gonçalves (2007), registram-se somente os fatos que inferem no patrimônio da empresa, fortalecendo a autonomia dela. Atualmente com a revogação da Resolução CFC nº 750/93, esse princípio encontra-se disposto na NBC TG Estrutura Conceitual de forma implícita, quando esta menciona o conceito da entidade que reporta as informações (CFC, 2019).

Mesmo sendo este princípio uma premissa básica para os negócios, sabe-se que muitas empresas não o praticam de forma integral e, por consequência, podem se comprometer do ponto de vista financeiro e tributário, o que pode, inclusive, desencadear um processo de falência ou comprometer a continuidade dos negócios (SPRENGER; PEREIRA; SPERB, 2021).

Diante disso, cabe à contabilidade exercer a sua função de consultora dos negócios, visando o direcionamento para uma gestão efetiva, pois a contabilidade possui influência significativa em todos os setores da empresa, sobretudo no financeiro. Inclusive o que ocorre nesse setor influencia o todo, como afirmam Bateman e Snell (2009, p. 9): “mesmo as pequenas

empresas que não operam em escala global, precisam tomar decisões estratégicas importantes a partir de considerações internacionais”.

Nesse sentido, considerando o destaque do ramo hoteleiro para a Serra Gaúcha, bem como a importância econômica desse setor para o sucesso da região, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como ocorre a separação de finanças empresariais e pessoais no ramo hoteleiro de São Francisco de Paula/RS, bem como a importância dessa prática. Especificamente, o estudo busca: a) verificar se há separação de finanças empresariais e pessoais; b) investigar sobre o conhecimento dos empreendedores acerca do Princípio da Entidade, bem como de Finanças Empresariais; c) descobrir se há conhecimento por parte dos empreendedores em relação às consequências dessa prática para a gestão e continuidade dos negócios; e d) aferir a importância atribuída à gestão e à educação financeira para o sucesso empresarial.

A realização desta pesquisa se justifica sob diversas óticas, pois, além de um potencial turístico atrelado, o município conta com um percentual elevado de empresas integradas no setor de serviços. Inclusive o Sebrae (2020) indica que em São Francisco de Paula, o maior percentual de participação por setor no ano de 2019 encontra-se no setor de serviços, com cerca de 38%, o qual abrange o ramo hoteleiro e contribui para o desenvolvimento econômico da cidade.

Ainda, a pesquisa possui relevância para as próprias empresas presentes neste estudo, pois caso desconheçam os impactos da não separação das finanças, posteriormente, poderão ter acesso aos esclarecimentos da prática, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento e crescimento com segurança. Em relação à relevância acadêmica, este estudo pretende incentivar mais pesquisas que englobem esse assunto, tendo em vista que ele é de extrema importância para a consciência e disciplina na gestão empresarial.

A pesquisa está dividida em cinco seções, iniciando pela introdução, na sequência, apresenta-se a fundamentação teórica, após a metodologia, a análise dos dados e, por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas do presente trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Importância do Ramo Hoteleiro

Torna-se indispensável reconhecer a importância do ramo de hospedagem para a economia, seja ela global, local ou regional, tendo em vista a performance e os impactos que

fornece ao sistema econômico em que se insere. A definição de cadeia produtiva do turismo é pautada em um conjunto de empresas que visam ofertar produtos e serviços de forma a garantir a satisfação do público em questão, seja por meios tangíveis ou intangíveis, passando, dessa forma, a aumentar o fluxo de pessoas em determinado local (SEBRAE, 2016). Dentro dessa cadeia encontra-se o ramo hoteleiro, foco desta pesquisa. Tal segmento exerce um papel extremamente importante no turismo e, como consequência, na economia do país, tendo em vista que este setor garante a permanência de turistas na cidade, fazendo com que a economia local se torne mais dinâmica e tenha impactos diretos e indiretos.

No Brasil, os meios de hospedagem são caracterizados pela Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, segundo a qual consideram-se estabelecimentos ou empreendimentos que visam prestar serviços de alojamento temporário em unidades de frequência individual e que sejam de uso específico do hóspede, além de ofertar serviços de hospedagem considerados necessários aos usuários, mediante contrato tácito ou expresso e perante cobrança da diária (BRASIL, 2008). Nesse sentido, de acordo com Petrocchi (2002), na administração hoteleira, se faz necessária a aplicação de diferentes habilidades, sejam elas técnicas, humanas ou conceituais.

De acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2018), o ramo hoteleiro contribuiu fortemente para a economia, visto que movimentou o sistema de geração de empregos, sejam eles diretos, indiretos ou induzidos, além do desenvolvimento de empresas e negócios, caracterizando suas vendas para atividades empresariais, exportação ou familiar, injeção de recursos na economia e impacto no Produto Interno Bruto (PIB), gerando efeitos de incremento a ele por meio de multiplicadores de renda, emprego e produção.

Para a continuidade dos negócios e sucesso empresarial, se faz necessária a adoção de boas práticas e gestão, e a Contabilidade inclusive fornece o direcionamento adequado para o acompanhamento da saúde financeira do negócio e tomada de decisão.

2.2 Contabilidade, Princípios Contábeis e Estrutura Conceitual da Contabilidade.

A Contabilidade é relevante para a gestão dos negócios, independentemente do ramo de atividade, sendo que Iudícibus (2021 p. 6), apresenta que “o objetivo básico da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Marion (2018), enfatiza que a contabilidade não deve ser realizada apenas com o intuito de atender às demandas do governo (mesmo que este utilize a contabilidade como forma de

captar impostos e obrigatória para a grande parte das empresas), mas sim, com o propósito de fornecer informações importantes que auxiliem a tomada de decisões dos seus diferentes usuários. Todas as movimentações monetárias são registradas pela contabilidade e esses registros formam relatórios que evidenciam a situação da empresa, seja econômica, patrimonial ou financeira (MARION, 2018).

Conforme Zdanowicz (2012), para a realização das análises financeiras, são necessárias demonstrações contábeis que apresentem com fidedignidade as informações da empresa. A partir destas análises, serão averiguadas diversas questões financeiras de enfoque gerencial, com o intuito de identificar problemas potenciais, ameaças de mercado e até necessidade de recursos que garantem o crescimento da empresa, embasando a tomada de decisão assertiva (ZDANOWICZ, 2012).

Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual, para ser útil, a informação contábil necessita ser relevante e representar fidedignamente o fato, sendo completa, neutra e livre de erros. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Ainda, de acordo com Iudícibus (2010), o objetivo da contabilidade revela-se no que tange à apresentação de informações e dados corretos sobre o Patrimônio e na compressão de possíveis causas para suas mutações. Portanto, busca-se munir os usuários dessas informações, sejam elas de natureza econômica, financeira ou física, através de relatórios, dados, tabelas, pareceres ou demonstrações (IUDÍCIBUS, 2010).

Diante desses conceitos, se faz necessário tratar dos Princípios de Contabilidade, visto que, segundo Lopes e Martins (2005), compreendem o núcleo e a estrutura da contabilidade na busca por atingir seus objetivos dentro dos postulados fundamentais, sendo assim, possuem papel de extrema importância na orientação da produção de informações contábeis. Os Princípios de Contabilidade constam na Resolução CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1282/2010, sendo:

- I) O da Entidade – Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- II) O da Continuidade – Pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- III) O da Oportunidade – Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações integras e tempestivas.
- IV) O do Registro pelo valor original – Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

V) O da Competência – Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

VI) O da Prudência – Determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido (CFC, 1993; CFC, 2010).

Cabe ressaltar que, em 2016, as Resoluções CFC nº 750/1993 e nº 1282/2010, foram revogadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual (CFC, 2016a). Porém, conforme o CFC (2016b), a revogação dessa Resolução não representa a extinção dos Princípios de Contabilidade, apenas visa a unificação conceitual, a qual é necessária para evitar possíveis divergências na concepção teórica e doutrinária. Adicionalmente, de acordo com Costa (2016), observa-se que o país passou a contar com uma Estrutura Conceitual e que, de maneira geral, pode-se observar a permanência dos Princípios de Contabilidade presentes na Resolução nº 750/1993 na Estrutura Conceitual.

Entre esses princípios, destaca-se o primeiro, que trata da Entidade. De acordo com Ribeiro e Coelho (2019), quando uma pessoa ou um grupo compõe uma sociedade, o patrimônio agora formado deve ser totalmente independente do patrimônio pessoal. Portanto, o Princípio da Entidade enfatiza que o patrimônio da organização formada seja diferente do patrimônio dos titulares ou seus sócios.

De forma complementar, o artigo 50, parágrafo 2º, do Código Civil apresenta o entendimento acerca da confusão patrimonial, ocorrida quando não há a observação do Princípio da Entidade:

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019). (BRASIL, 2002)

O abuso da personalidade jurídica identificado através da confusão patrimonial ou desvio de finalidade pode levar o Juiz a desconsiderá-la para que os efeitos de algumas relações de obrigações sejam vinculados aos bens dos administradores ou sócios da pessoa jurídica beneficiada pelo abuso (BRASIL, 2002).

É válido ressaltar que o artigo 135, seção III do Código Tributário Nacional, responsabiliza as pessoas (desde os sócios – artigo 134, até os mandatários, prepostos, empregados, diretores, gerentes ou representantes de pessoa jurídica de direito privado) pelos

créditos relacionados a obrigações tributárias advindas de atos realizados com excesso de poder ou infrações relacionadas à lei, contrato social ou estatutos (BRASIL, 1966).

De forma clara e simplificada, Ribeiro e Coelho (2019), complementam que o Princípio da Entidade postula que haja separação do patrimônio do titular ou dos sócios. Portanto, quando uma ou mais pessoas constituem uma entidade, entende-se que o patrimônio formado é totalmente independente do patrimônio individual, sendo a utilização desse princípio primordial para estruturação de informações concisas, claras e que representem fielmente as finanças e o patrimônio da empresa.

2.3 Finanças Empresariais: Contexto e Análise do Princípio da Entidade

De acordo com Reeve, *et al.* (2018), o reconhecimento do controle contábil do patrimônio de uma entidade, seja ela qualquer tipo de organização, deve ser realizado de forma segregada ao patrimônio dos proprietários, titulares ou sócios dessa organização.

Diante do Princípio de Entidade, se faz necessário descrever sobre Finanças empresariais. Elas representam uma função central para a empresa e, através delas, é possível identificar possíveis junções de finanças empresariais com pessoais.

2.3.1 Finanças Empresariais

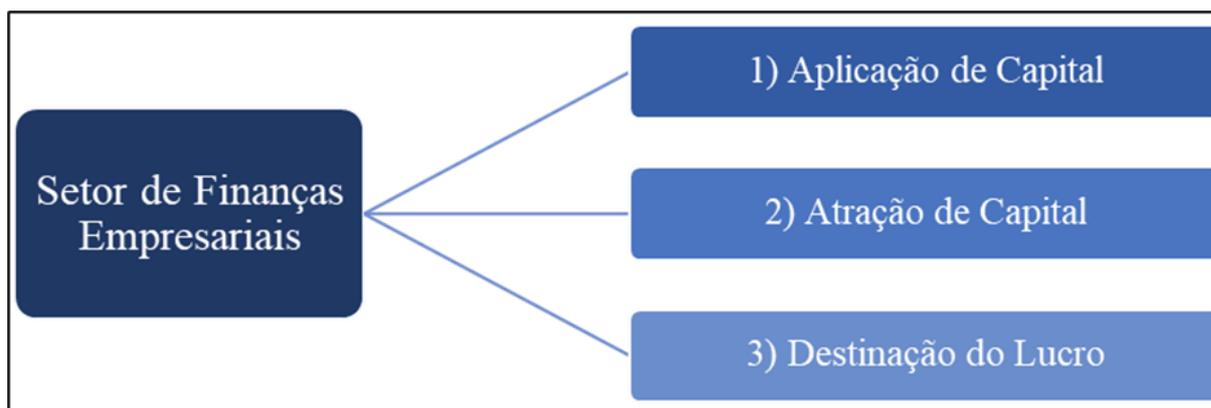
Lemes Jr., Cherobim e Rigo (2018), enfatizam que a administração das finanças precisa se relacionar de forma sistemática e contínua com as demais áreas da empresa, com o intuito de promover e atingir os resultados almejados. No que tange à contabilidade, os autores afirmam que ambas as áreas se relacionam para promover sinergia em diversos aspectos como, por exemplo: cálculo de indenizações, controle e elaboração de planejamento financeiro (orçamentos diversos como caixa, capital e operacional), causas jurídicas, licitações, capital de giro, valor das empresas, rentabilidade, contratos financeiros e *leasing*, fusões, incorporações e cisões, contratos e, além, do planejamento tributário.

De acordo com Chenço (2009), a partir do estudo e conhecimento do tema finanças, é possível compreender a dimensão e aplicação dos seus conceitos no dinheiro a curto, médio e longo prazos. Segundo o autor, seu conceito de gestão é, na maioria das vezes, firmado como diversas ações que planejam, controlam e analisam a situação financeira da empresa, com o intuito de potencializar os resultados das próprias atividades operacionais. As informações, quando organizadas de forma eficiente e que retratem a realidade financeira da empresa,

promovem a capacidade da tomada de decisão mais eficaz pelo gestor, maximizando resultados e aumentando seu patrimônio líquido (CHENÇO, 2009).

O setor de finanças empresariais segue três frentes que o contextualizam, conforme apresenta a Figura 1:

Figura 1: Frentes do setor de Finanças Empresariais



Fonte: Adaptado de Lexos (2018).

De acordo com a Figura 1 e segundo Lexos (2018), essas frentes são representadas como: 1) De que forma o capital pode ser aplicado na própria empresa de maneira a conseguir fazer a continuidade do seu funcionamento e a redução de gastos para o aumento do seu lucro, 2) De que forma ela atrairá seu capital, via produção, empréstimos, investimentos, prestação de serviços, etc.; e 3) Qual será o rumo que os lucros obtidos no período terão, visando crescer o seu valor e patrimônio.

Portanto, tem-se as finanças empresariais como peças-chave para o desenvolvimento do negócio visto que tratam de questões econômicas empresariais. Desse modo, aplicá-las no gerenciamento das empresas traz a possibilidade de melhor utilização do capital, além de conseguir visualizar a situação da empresa, identificando melhorias para maior desenvolvimento.

2.3.2 Demonstrações Contábeis e Análise Financeira

Em um cenário onde as finanças empresariais estão intimamente ligadas à contabilidade e que decisões financeiras se baseiam em informações fornecidas e elaboradas pela própria contabilidade, faz-se necessário representá-las fidedignamente. Em concordância com a NBC TG Estrutura Conceitual:

Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar [...]. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros (CFC, 2019).

Além de serem fidedignas, as demonstrações contábeis devem evidenciar apenas o ocorrido no Patrimônio da própria empresa, sem considerar qualquer alteração ou modificação no Patrimônio de seus sócios, seguindo assim o Princípio da Entidade. Conforme Lemes Jr., Cherobim e Rigo (2018), é por meio da contabilidade que são registradas todas as transações monetárias de uma empresa e, por meio desses registros, é possível proporcionar informações e dados relativos à posição econômico-financeira dessa empresa, sendo assim, a contabilidade segue leis e regulamentos para que, dessa forma, haja uniformidade nas informações geradas, havendo, ainda, a possibilidade de comparação com demais empresas.

Periodicamente, são elaboradas as demonstrações contábeis que envolvem informações, visando atender aos requisitos de ordem legal, societária, tributária e gerencial. Além disso, promovem a posição da empresa, bem como o resultado e o fluxo financeiro de uma organização (LEMES JR; CHEROBIN; RIGO, 2018). Ao término de cada exercício social, as empresas devem elaborar as seguintes Demonstrações Contábeis (de modo a seguir os princípios e postulados de contabilidade), as quais são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Demonstrações Contábeis

Demonstração Contábil	Características
Balço Patrimonial	Visa evidenciar qualitativamente e quantitativamente a posição financeira e patrimonial da entidade, tendo como equação: Total do Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido.
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Apresenta os lucros ou prejuízos acumulados no exercício. Gerando informações de Receitas, Custos e Despesas.
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DMPL)	Apresenta todas as alterações/movimentações dos lucros ou prejuízos da empresa.
Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)	Evidenciam como os recursos entram e saem da empresa, utilizando o regime de Caixa.
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Evidenciam a riqueza que a empresa gerou em um período e de que forma a mesma distribuiu o recurso.
Notas Explicativas (NE)	Trata-se de um complemento às demonstrações contábeis, onde faz explicações necessárias para o entendimento das demonstrações.

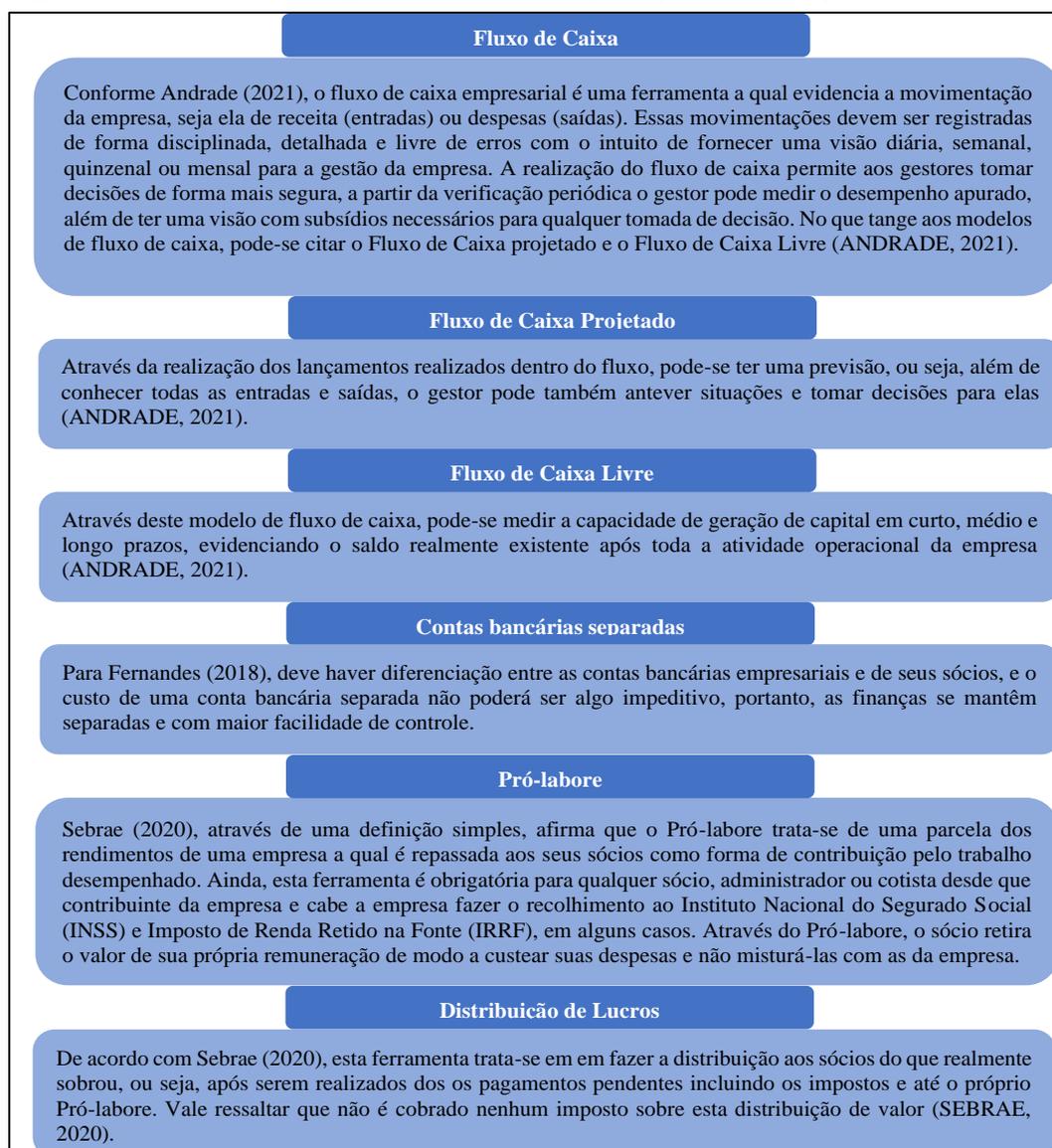
Fonte: Adaptado de Lemes Jr., Cherobim e Rigo (2018).

Por meio da elaboração das demonstrações contábeis podem, também, ser criados índices que facilitam o entendimento e análise dos números e das informações apresentadas. Essa análise é de extrema importância para a evolução de uma empresa.

2.3.3 Mecanismos para auxiliar a gestão financeira

Compreender, controlar e mensurar resultados financeiros é vital para a existência de qualquer empreendimento. Portanto é imprescindível a adoção de ferramentas que auxiliem no processo de separação das finanças da empresa e de seus sócios, como alguns exemplos apresentados na Figura 2:

Figura 2 – Ferramentas que auxiliam na separação de finanças



Fonte: Elaborada pela acadêmica (2022).

A partir da figura 2, observa-se a existência de diferentes ferramentas que auxiliam na separação de finanças empresariais e pessoais, bem como a importância que esses mecanismos possuem para a orientação dos empresários no sentido de controle, organização e distinção de patrimônios.

2.3.4 Impactos da Não Separação das Finanças

As finanças empresariais e pessoais devem ser tratadas de forma dissociada, visto que possuem objetivos diferentes. A empresa possui como função vital a geração de lucro. As receitas e despesas por sua vez, devem ser apenas da empresa, caso contrário, não se pode entender o funcionamento da organização em sua totalidade. Fernandes (2018), destaca os principais impactos da não separação das finanças empresariais e pessoais, além de corroborar ao expor que essa mistura, se não observada e corrigida, pode levar a muitos problemas:

- I. **Sem visibilidade dos gastos:** Entender e controlar os gastos do empreendimento é uma tarefa de extrema importância. Sem o controle das finanças o gestor acaba, muitas vezes, cortando gastos essenciais para a empresa ou que então poderiam auxiliar no crescimento do empreendimento (FERNANDES, 2018);
- II. **Problemas com a Receita Federal:** A mistura de finanças pessoais com as empresariais pode caracterizar, por exemplo, rendimentos de trabalho disfarçados e a caracterização de irregularidades na empresa. O impacto disso pode levar à multa, arbitramento de tributos e demais punições previstas em lei (FERNANDES, 2018);
- III. **Perda do controle financeiro da empresa:** Ao pagar despesas dos sócios com os valores recebidos pela empresa, certamente se perderá o controle financeiro e o lucro que a empresa gera. As demonstrações contábeis, os indicadores e demais demonstrativos não irão condizer com a realidade da empresa, podendo parecer que ela não tem lucro e, em decorrência disso, tomar uma série de decisões de forma equivocada (FERNANDES, 2018);
- IV. **Não haverá planejamento, nem empresarial nem pessoal:** A capacidade de planejamento pessoal e empresarial fica comprometido ao misturar as finanças. Haverá complicações na obtenção de caixa para investimentos podendo gerar endividamento por ambas as partes, o que prejudica a capacidade de obter mais lucro e renda no futuro (FERNANDES, 2018);

- V. **Descaracterização da empresa:** No que tange a alguns tipos jurídicos, se houver comprovação da falta de gestão com a mistura das contas, a empresa poderá ser processada para descaracterização da pessoa jurídica, atingindo os seus bens (FERNANDES, 2018).

2.4 Educação Financeira e Sucesso Empresarial

A Educação financeira é uma forte aliada ao empreendedorismo promissor, tendo em vista que esse conhecimento fornece subsídios, ferramentas e conceitos aplicáveis na gestão da empresa para entender e administrar as finanças empresariais. Esse conhecimento tem sua identidade firmada desde a infância, pois Chiaradia (2020), afirma que a educação financeira está presente desde o momento em que a pessoa nasce e é imprescindível que se que tenha uma relação equilibrada com o dinheiro.

Para Chiaradia (2020), a base do modelo financeiro constitui-se na infância, em torno dos cinco anos de idade, momento no qual a criança cria percepções e impressões que serão levadas para a vida toda, portanto a família é a primeira responsável por esses ensinamentos e cabe ao ensino escolar fortalecer esse aprendizado, pois, quanto mais cedo a criança for exposta a situações em que ela é a protagonista de suas finanças, maiores são as chances de se tornar um adulto que não tenha frustrações, endividamentos, ou sejam escravos do trabalho.

De acordo com o levantado por Colégio Arnaldo (2020), algumas vantagens podem ser evidenciadas a partir da educação financeira para crianças, incluindo: organização de planos e gastos, poupar e conquistar objetivos, consciência para o consumo, responsabilidade, autonomia e autocontrole para a tomada de decisão.

A importância da educação financeira desde a infância reflete, também, no empreendedorismo, visto que ela é essencial para a gestão correta das finanças empresariais e o seu sucesso. De acordo com o exposto em Sebrae (2018), manter uma empresa financeiramente saudável, com bom funcionamento e otimização de recursos pode ser um desafio muito grande se não houver conhecimento para isso. A Educação Financeira para gestores e empreendedores é essencial no sentido de organização e controle financeiro com o intuito de uma gestão adequada das finanças empresariais e o sucesso da mesma (SEBRAE, 2018).

Por meio da educação financeira, pode-se, então, analisar despesas, custos, melhorar a gestão do capital da empresa, avaliando a real necessidade de empréstimos, controle do fluxo

de caixa, possibilidade de investimentos (e que esses deem um retorno satisfatório para a empresa), além da melhoria dos preços de produtos e serviços.

Ainda de acordo com o Sebrae (2018), existem algumas ferramentas e conceitos que, se conhecidos, podem auxiliar o empreendedor na gestão financeira da empresa, as quais estão representadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Ferramentas para gestão financeira

Ação	Efeito
Aprender sobre finanças	Destaque para os demonstrativos gerenciais, como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa. Através deles é possível identificar as mudanças no patrimônio, movimentações financeiras, ativos, passivos e patrimônio líquido, receitas e despesas, e, principalmente, o lucro ou prejuízo.
Planejamento Financeiro	Aprender a planejar é de extrema importância para o desenvolvimento do negócio. Precisa-se conhecer o mercado no qual está inserido e quais as necessidades que ele apresenta, através disso, pode-se, então, projetar receitas, despesas, metas e objetivos de faturamento, investimentos e lucros, além de um panorama completo e transparente de qual a necessidade real para abrir uma empresa ou para mantê-la. Portanto, aprender a planejar engloba questões como orçamento, gestão financeira e monitoramento de receitas e despesas.
Separação das Finanças Pessoais e Empresariais	A mistura das finanças empresariais e pessoais é um erro típico de quem não possui educação financeira. Este erro pode comprometer o negócio, levando até a falência. O empreendedor muitas vezes pode fazer retiradas maiores por achar que está “sobrando” dinheiro na empresa. A Educação financeira auxilia a não ter esta visão bem como determinar um valor fixo de retirada.
Controle do Fluxo de Caixa	O conhecimento do fluxo de caixa ajuda a identificar todas as movimentações financeiras da empresa, diferenciando quais contas consomem mais recursos e quais contribuem mais para as receitas. Através do conhecimento do fluxo de caixa da empresa é possível conhecer todos os recursos que a empresa possui.
Ter um Capital de Giro	O capital de giro oferece segurança frente a momentos de dificuldade financeira empresarial. Ter conhecimento nesse quesito possibilita ao empreendedor obter uma reserva de capital bem estruturada, mantendo os pagamentos em dia em momentos de dificuldades, por exemplo. Além disso, entender e destinar esse montante de forma certa promove o bom andamento do negócio, por isso é imprescindível que haja equilíbrio na administração do recurso.

Fonte: Adaptado de Sebrae (2018).

A partir do Quadro 2, são observadas algumas ações promovidas pela educação financeira, que proporcionam uma gestão mais eficiente contribuindo de forma significativa para o sucesso empresarial.

2.5 Estudos Precedentes

É notável a importância da aplicabilidade do princípio da entidade nas empresas. O conhecimento sobre o assunto auxilia na gestão das finanças, gerando domínio de boas práticas contábeis e financeiras. Diversos estudos precedentes e análises estão sendo desenvolvidos com

o intuito de auxiliar empreendedores e gestores a compreender a importância da separação de finanças empresariais e pessoais.

O estudo de Silva (2021), teve como objetivo, analisar a utilização do fluxo de caixa e do princípio contábil da Entidade em Microempreendedores Individuais (MEI's) no município de Vicentina/MS. Foram entrevistados 12 MEI's do município por meio de um questionário contendo 18 perguntas. A predominância do setor de atuação é o comércio, sendo que 33% dos entrevistados possuem nível de escolaridade superior incompleto. O estudo concluiu que todos os respondentes utilizam o fluxo de caixa na empresa e mais da metade dos MEI's praticam o princípio da Entidade, no entanto, utilizam de recursos próprios para prestar suporte à empresa. Destacou-se, também, que os principais problemas de gestão ocorrem em decorrência da falta de informação (principalmente sobre o fluxo de caixa eficiente e pontos positivos em seguir o princípio da Entidade), orientação e profissionalização dos microempreendedores para, então, potencializar seus negócios.

O estudo de Hugentobler e Heidrich (2019), teve como objetivo verificar a importância da separação de finanças empresariais e pessoais de empresários individuais no município de Taquara/RS, para, assim, evidenciar as causas e impactos da não segregação das finanças. A pesquisa foi viabilizada pela resposta de 42 respondentes a um questionário com 16 perguntas. Vale salientar que o setor de serviços predominou nesta pesquisa e o maior percentual (50%) dos respondentes possuem nível superior incompleto. O estudo concluiu que, pouco mais da metade (54,8%), possui um controle separado para segregar finanças empresariais e pessoais. No entanto, a outra parte (45,2%) faz o controle das finanças de forma única, não conseguindo separá-las. Destacaram-se, ainda, os motivos pelos quais não há separação, sendo: não precisar prestar contas aos sócios; problemas financeiros; e falta de planejamento. Além disso, 42,9% dos respondentes não apresentam um pró-labore que condiz com a realidade dos seus rendimentos.

Verificou-se, também, o estudo de Sprenger, Pereira e Sperb (2021), o qual realizou uma pesquisa com 90 empreendedores, visando identificar os fatores para determinar a continuidade empresarial. Os resultados indicam que o nível de escolaridade dos empreendedores é ensino fundamental ou médio (56%). Em relação à preparação para a gestão dos negócios, o estudo evidenciou que: 37% dos empreendedores buscaram alguma capacitação anteriormente; 11% buscaram consultorias; e 51% dos respondentes acreditam que possuíam pouco conhecimento sobre gestão de negócios. Em relação às finanças empresariais, 19% dos respondentes apontaram que, entre as principais dificuldades internas, está a gestão dos recursos financeiros,

além disso, quando questionados sobre os determinantes do sucesso empresarial, 13% dos empreendedores indicou que o uso adequado dos recursos da empresa é um fator determinante.

Com base no referencial teórico e nos estudos precedentes analisados, foi possível realizar o delineamento metodológico apropriado para essa pesquisa, inclusive desenvolver o questionário aplicado, conforme detalhamento apresentado na seção a seguir.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A natureza desta pesquisa é classificada como aplicada. Gil (2022), afirma que esse tipo de pesquisa possui como foco a elaboração de estudos que possam solucionar problemas advindos das sociedades em que os pesquisadores se encontram, sendo voltada para à obtenção de conhecimento através da aplicação da pesquisa em uma situação específica.

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como quantitativa e quantitativa, tendo em vista que serão analisados dados para que sejam formuladas as conclusões. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa tem como objetivo descrever em números os dados, opiniões e informações coletadas dos respondentes, para que, assim, sejam interpretadas de forma a garantir resultados precisos. No que tange à pesquisa qualitativa, caracteriza-se como uma realidade que pode ser observada sob diversos aspectos e realidades, porém, sempre com uma posição neutra perante os fatos apresentados (GIL, 2019).

Em relação aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, pois, através do questionário aplicado, será possível realizar um levantamento de dados. Sampieri, Collado e Lucio (2013), afirmam que os estudos descritivos possuem como objetivo medir, colher informações, especificando propriedades, tendências, processos ou objetos em que um grupo ou população estão inseridas tendo como utilidade, evidenciar com precisão as diferentes perspectivas sobre determinadas situações, acontecimentos, fenômenos.

Referente aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como Levantamento (pesquisa de campo – *Survey*) com aplicação de questionário. De acordo com Gil (2022), esse tipo de pesquisa busca conhecer de forma direta, por meio da solicitação de informações das pessoas, o seu comportamento em relação ao problema estudado e, através dessas pesquisas, tem-se um censo, o qual proporciona informações gerais, as quais se tornam indispensáveis

quando se trata de indagações sociais. Ainda, de acordo com o autor, entende-se por questionário um agrupamento de questões as quais serão respondidas pelo participante.

3.2 População e amostra

Neste estudo, a população compreende 19 Hotéis e Pousadas localizados no perímetro urbano da cidade de São Francisco de Paula – Rio Grande do Sul no ano de 2022.

Os dados referentes à quantidade de Hotéis e Pousadas, bem como sua denominação, foram obtidos através do *site* da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS.

A amostra foi constituída por 14 Hotéis e Pousadas, cujos empresários concordaram em participar da pesquisa, localizados na região urbana do município, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – Amostra

Descrição das empresas	Quantidade	Percentual
População	19	100%
(-) Não responderam à pesquisa	4	21,06%
(-) Não demonstraram interesse em participar da pesquisa	1	5,26%
Amostra – Responderam à pesquisa	14	73,68%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

3.3 Coleta e tratamento de dados

Para a consecução dos objetivos deste estudo, a coleta dos dados ocorreu mediante o mecanismo de questionário, aplicado durante o mês de junho de 2022.

O primeiro contato ocorreu através de ligação, na qual foi realizada a apresentação da pesquisadora, bem como uma breve introdução da pesquisa. Nesse momento, foi questionada a intenção de participação na pesquisa e o formato que o respondente desejava (aplicação de questionário de forma presencial, *on-line*, ou por ligação telefônica, ou resposta direta ao questionário). É válido ressaltar que a primeira ação, antes de iniciar a aplicação do questionário, foi a coleta da assinatura ou aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seja de forma física ou virtual. Se o sócio e/ou gestor preferiu aplicação presencial, foi definido o dia para coleta de dados, dependendo da disponibilidade do respondente e da pesquisadora. Após isso, foi solicitado o endereço completo da Pousada/Hotel para aplicação presencial do questionário. Nesse formato, a assinatura do TCLE foi realizada

de forma física. Se o sócio e/ou gestor optou por responder a pesquisa via *Google Meet* com intermédio do questionário, foi definido o dia para coleta de dados, dependendo da disponibilidade do respondente e da pesquisadora, posteriormente, foi solicitado o e-mail para envio do *link* de acesso ao *Google Meet*. Nesse formato, a assinatura do TCLE foi realizada de forma *on-line*, com o envio e aprovação via e-mail. É válido ressaltar que a chamada via *Google Meet* foi gravada somente com autorização prévia do respondente, o qual foi questionado ao iniciar a chamada. Caso o sócio e/ou gestor tenha optado por responder a pesquisa de forma a acessar diretamente o questionário, foi solicitado o e-mail para o envio do *link* de acesso ao *Google Forms*. Nesse formato, a assinatura do TCLE foi de forma *on-line*, no próprio *Google Forms*, com a leitura e o aceite antes de iniciar as perguntas do questionário.

O questionário contou com perguntas abertas e fechadas. O enfoque foi coletar o maior número possível de informações para que, desse modo, o objetivo da pesquisa fosse atingido plenamente. Para a validação desse questionário, foi aplicado um pré-teste com duas pessoas, que não constituíam a amostra, visando obter um diagnóstico sobre a adequação das perguntas, bem como estimar o tempo de resposta.

A análise dos dados foi realizada por meio de tabulação em planilha no *Microsoft Excel*, organizada por questão. De posse dos dados, foi possível analisar as respostas obtidas, avaliando a prática e importância do tema desta pesquisa. Além disso, foram desenvolvidos gráficos para contribuir com uma melhor visualização dos resultados.

Ressalta-se, ainda, a utilização do TCLE, visando fornecer garantias e prerrogativas aos respondentes. Nesse termo foram expostos os objetivos, a justificativa, procedimentos e riscos da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Gil (2008), a análise e a interpretação de dados e informações são procedimentos totalmente relacionados, visto que fornecem respostas ao problema de pesquisa. Para melhor visualização dos resultados obtidos por meio da pesquisa, optou-se por apresentar a análise através de sessões com as perguntas relacionados aos temas pesquisados.

4.1 Perfil dos Respondentes e das Empresas

Inicialmente, com o intuito de conhecer o perfil dos respondentes, sejam eles sócios e/ou gestores dos Hotéis e Pousadas, foi questionada a escolaridade, sendo os resultados apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 – Escolaridade

Alternativa	Quantidade	Percentual
Ensino fundamental incompleto	2	14,29%
Ensino médio completo	4	28,57%
Ensino técnico incompleto	1	7,14%
Ensino superior incompleto	1	7,14%
Ensino superior completo	3	21,43%
Pós-graduado	3	21,43%
TOTAL	14	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Por meio do Quadro 4, percebe-se que mais de 40% dos respondentes possuem ensino superior completo ou pós-graduação, seguido de 28,57% com Ensino médio completo e 14,29% com Ensino fundamental incompleto. Resultado semelhante pode ser percebido na pesquisa de Sprenger, Pereira e Sperb (2021), no que tange ao ensino fundamental e médio.

Foi questionando, também, o tempo de atuação no ramo hoteleiro, conforme exposto no Quadro 5:

Quadro 5 – Tempo de atuação no ramo

Alternativa	Quantidade	Percentual
Menos de 5 anos	3	21,43%
De 5 a 10 anos	3	21,43%
De 11 a 15 anos	1	7,14%
De 16 a 25 anos	3	21,43%
Acima de 25 anos	4	28,57%
Total	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação ao tempo em que os participantes atuam no ramo, observa-se que quatro respondentes exercem suas atividades a mais de 25 anos, seguidos de forma igualitária em menos de 5 anos, de 5 a 10 anos e de 16 a 25 anos, ambos com três respondentes cada.

Adicionalmente, com a intenção de conhecer o perfil de negócio, foi questionado se a empresa é familiar ou não, como resultado, 13 empresas (92,86%) afirmam ter vínculo familiar, enquanto apenas uma empresa (7,14%) não possui vínculo.

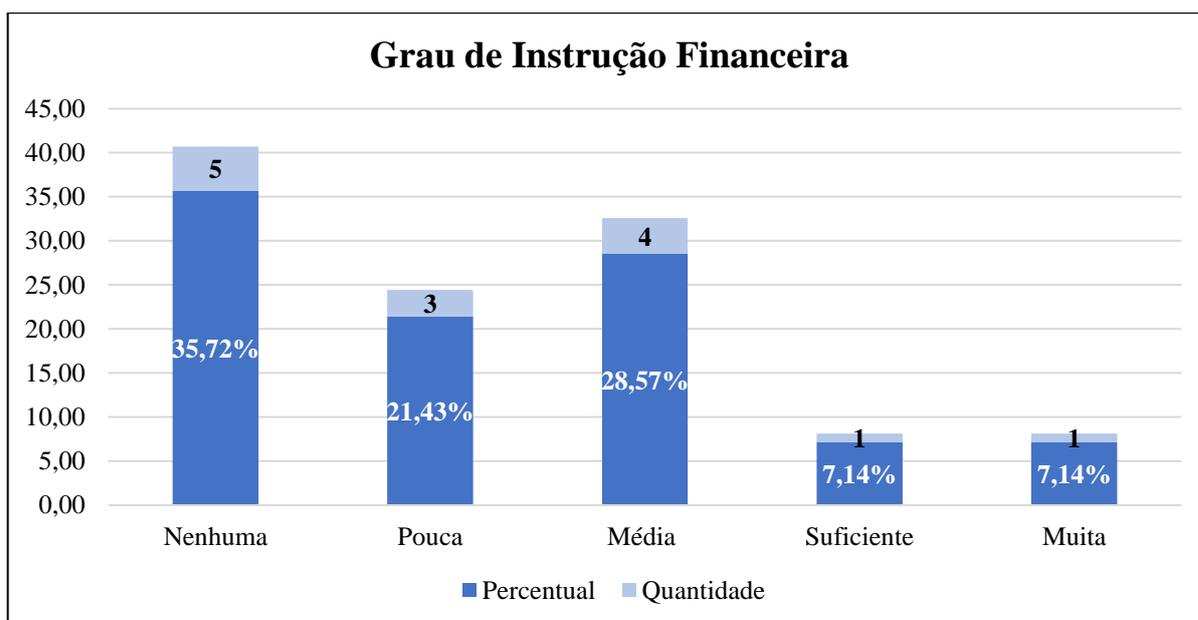
4.2 Identificação da Instrução dos Respondentes acerca do Problema

A Educação Financeira dos gestores e/ou sócios é de suma importância no desenvolvimento do empreendimento. De acordo com o Sebrae (2018), tal informação para os

gestores e empreendedores é essencial no que tange à organização e controle financeiro, culminando para uma gestão de finanças adequada, tendo como produto, o sucesso.

Nesse sentido, buscou-se identificar em escala qual o grau de Instrução/Educação Financeira dos respondentes. O Gráfico 1 apresenta o retorno da questão:

Gráfico 1 – Grau de Instrução/Educação Financeira



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Do total de respondentes, apenas 14,28% possuem Instrução classificada como suficiente ou muita. Por outro lado, mais da metade dos respondentes (57,15%) apresentam nenhuma ou pouca instrução. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Sprenger, Pietrobelli e Sperb (2021), no qual 51% dos respondentes informaram que possuíam pouco conhecimento sobre gestão. Tais percentuais evidenciam o *déficit* de informação financeira que há para a gestão dos negócios.

Para entender o modo como os gestores e/ou sócios obtiveram tal conhecimento (mesmo que mínimo), foi questionado a forma de obtenção das informações com uma pergunta aberta, sendo transcrito como segue no Quadro 6:

Quadro 6 – Forma de obtenção de conhecimento sobre Finanças Empresariais

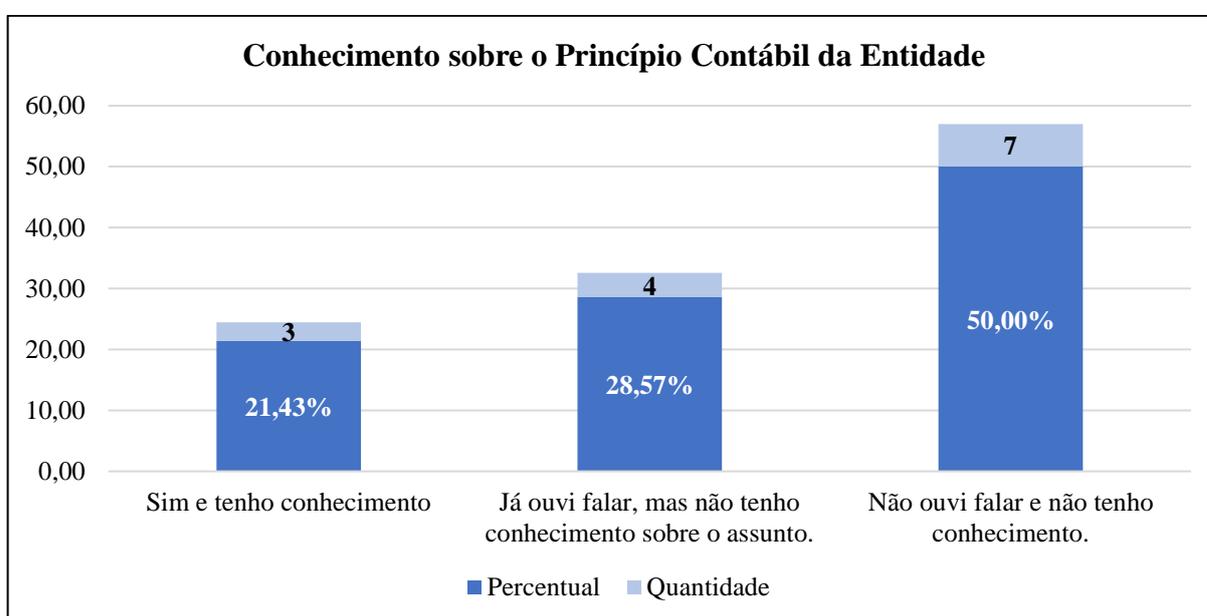
Alternativa	Quantidade	Percentual
Prática/dia a dia	6	42,86%
Cursos/faculdade	6	42,86%
Orientação de amigos/família	1	7,14%
Não obteve	1	7,14% (continua)
Alternativa	Quantidade	Percentual (continuação)
Total	14	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que a prática do dia a dia e os cursos/faculdade lideram de forma igualitária, com 42,86% cada. Tal indicador mostra que um grande percentual aprende por meio da necessidade imposta pelo cotidiano dos negócios e a outra busca algum tipo de conhecimento pelo ensino.

Para compreender a instrução dos gestores e/ou sócios em relação a um tema mais específico da contabilidade, foi questionado sobre o conhecimento acerca do Princípio da Entidade, os resultados são apresentados no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Conhecimento sobre o Princípio da Entidade



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como citado anteriormente, de acordo com Ribeiro e Coelho (2019), a observação do Princípio da Entidade é primordial para a elaboração de informações concisas, claras e que representem com exatidão as finanças e o patrimônio do empreendimento. Contudo, nota-se que a maioria dos respondentes não possui conhecimento sobre o Princípio Contábil da Entidade, representando 78,57%. No que tange à forma de conhecimento do Princípio, tem-se a confirmação de que não há entendimento sobre o Princípio, como apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 – Forma de conhecimento sobre o Princípio da Entidade

Alternativa	Quantidade	Percentual
Não obteve	8	57,14%
Graduação/Cursos	3	21,43%
Escritório/consultoria	3	21,43%
Total	14	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se, então, que mais da metade dos respondentes não obteve conhecimento sobre o tema e os demais puderam aprender por intermédio da Graduação, cursos ou, ainda, por meio de escritórios e consultorias.

4.3 Verificação das Práticas Relacionadas às Finanças

Para entender a forma de atuação dos Hotéis e Pousadas em relação a finanças empresariais, foram elaboradas e aplicadas questões que analisam as práticas adotadas, conforme Quadro 8, elaborado de forma análoga ao estudo de Hugentobler e Heidrich (2019):

Quadro 8 – Verificação das práticas de Finanças Empresariais

Questão	Sim	Parcialmente/Às vezes	Não
Você faz a separação de finanças empresariais e pessoais?	50% 7 respostas	28,57% 4 respostas	21,43% 3 respostas
Durante o mês, há saques ou retiradas que não estavam previstos para os sócios?	28,57% 4 respostas	14,29% 2 respostas	57,14% 8 respostas
Há uma predefinição de um pró-labore ou retirada de lucros para os sócios?	35,71% 5 respostas	7,14% 1 resposta	57,15% 8 respostas
Já ocorreu alguma situação em que houve o pagamento de uma conta do sócio com o dinheiro da empresa?	50% 7 respostas	-	50% 7 respostas

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Conforme se verifica no Quadro 8, inicialmente, foi questionado sobre a separação das finanças empresariais e pessoais, tendo em vista que, conforme Fernandes (2018) a mistura das finanças empresariais e pessoais, se não considerada, pode levar a muitos problemas. O resultado apresenta-se dividido, pois 50% dos respondentes fazem a separação entre as finanças empresariais e pessoais, sendo que o restante ou adota a prática parcialmente (28,57%), ou não adota (21,43%).

No que se refere aos saques e retiradas não previstas aos sócios, das 14 respostas, 8 delas revelam não haver a ocorrência, porém 42,86% afirmam que a prática ocorre inteiramente ou de forma parcial.

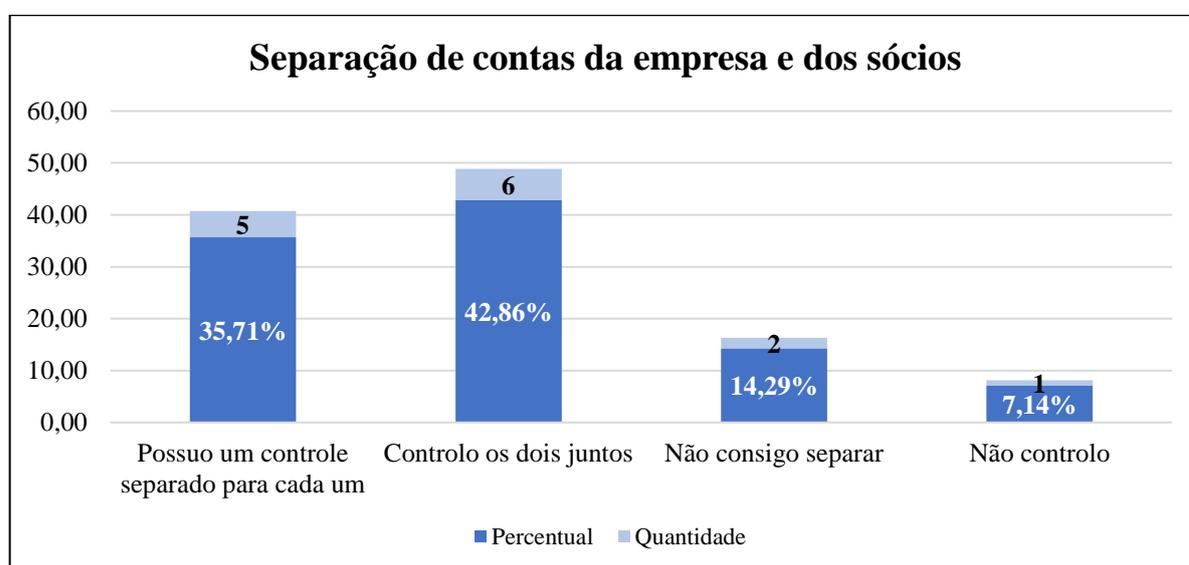
A adoção de ferramentas que auxiliem na prática de segregação de finanças empresariais e pessoais é imprescindível e, nesse sentido, a predefinição de um pró-labore ou retirada de lucros aos sócios culmina em um planejamento financeiro adequado. Junior (2019) enfatiza isso quando diz que o Pró-labore se trata do salário dos sócios e deve ser considerado uma despesa da empresa, além disso, a Distribuição de Lucros deve ser realizada após serem pagas todas as

despesas da empresa. No que tange essa prática, mais da metade dos respondentes afirma não ter uma predefinição e 7,14% informou realizar de forma parcial.

Por fim, verifica-se que a ocorrência de pagamentos da conta dos sócios com o dinheiro da empresa ocorre de forma dividida, 50% afirmam já ter ocorrido e os outros 50% afirmam não ter ocorrido. Tal resultado está atrelado ao planejamento financeiro das empresas, visto que, se ele é praticado, a ocorrência desse fato deve ter menor incidência.

Com o intuito de analisar a prática no sentido de controle das finanças empresariais, foi questionada a forma de separação das finanças, conforme o Gráfico 3, em sintonia com o estudo de Hugentobler e Heidrich (2019):

Gráfico 3 – Separação de contas da empresa e dos sócios



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Constata-se, a partir do Gráfico 3, que apenas 35,71% das empresas participantes possuem um controle separado para as contas da empresa e dos sócios. E um percentual elevado de 64,29% controla os dois juntos, não consegue separar ou não faz o controle de contas. Cabe ressaltar que Reeve *et al.* (2018), afirmam que o controle contábil do patrimônio de uma entidade, deve ser realizado de forma separada ao patrimônio de seus sócios, titulares ou proprietários.

Para entender melhor as justificativas da não separação das finanças pessoais e empresariais, foi questionado sobre os possíveis motivos, tendo como resultados o que é apresentado no Quadro 9:

Quadro 9 – Motivos para a não separação das finanças empresariais e pessoais

Alternativa	Percentual
Não há tempo suficiente	8,70%
Não há controle financeiro	8,70%
Não ter sócio e não precisar prestar contas a ele	30,43%
Por serem valores pequenos ou irrisórios	13,04%
Não há planejamento financeiro	21,74%
Nenhum, pois separo as finanças	17,39%
Total	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir do Quadro 9, percebe-se que o principal motivo é o de não ter sócio e, em decorrência disso, não precisar prestar contas a ele (30,43% dos respondentes), após esse motivo, verifica-se que questões de falta de planejamento financeiro (21,74%) e valores pequenos ou irrisórios (13,04%) também se destacam. Da mesma forma, resultado semelhante pode ser observado na pesquisa de Hugentobler e Heidrich (2019), em que fatores como a falta de sócio, problemas financeiros e falta de planejamento tiveram relevância.

Para finalizar a verificação das práticas empresariais com relação às finanças e para obter-se um diagnóstico financeiro, inquireu-se sobre as ferramentas utilizadas para a separação das finanças empresariais conforme apresenta o Quadro 10:

Quadro 10 – Ferramentas utilizadas na separação de finanças empresariais e pessoais

Alternativa	Percentual
Utilizo um sistema informatizado	8,00%
Utilizo o fluxo de caixa	8,00%
Conheço quais são os gastos do sócio e quais são os gastos da empresa, porém não utilizo nenhuma ferramenta de separação.	12,00%
Utilizo de um caderno	20,00%
Faço o controle através de extrato bancário	24,00%
Faço anotações em uma planilha	20,00%
Não utilizo nenhuma ferramenta	4,00% (continua)
Alternativa	Percentual (continuação)
Não separo as finanças	4,00%
Total	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se que a maioria dos respondentes utiliza o extrato bancário para realizar o controle das finanças (24%), seguidos de anotações em um caderno, e em planilha (20% cada). Verifica-se, também, que cerca de 20% dos respondentes não utilizam nenhuma forma de separação das finanças ou não separa as finanças. Já no estudo de Hugentobler e Heidrich

(2019), o caderno de anotações e fluxo de caixa foram os instrumentos de controle mais empregados. No estudo de Silva (2021), o fluxo de caixa é utilizado por todos os respondentes.

4.4 Identificação da Importância Atribuída à Prática e à Busca de Conhecimento

Compreender a importância de observar o Princípio da Entidade com ênfase em finanças empresariais, verificar o interesse pela busca de mais conhecimento em relação ao tema, bem como avaliar a importância atribuída à Instrução/Educação financeira se fez imprescindível para o desfecho desta pesquisa. Assim, foram elaboradas questões com o intuito de compreender melhor a percepção dos gestores e/ou sócios em relação ao tema. Os resultados são apresentados no Quadro 11:

Quadro 11 – Conhecimento dos impactos da não separação das finanças e busca por mais conhecimento

Questão	Sim	Parcialmente	Não
Você conhece os impactos da não separação das finanças empresariais e pessoais?	64,29% 9 respostas	14,29% 2 respostas	21,42% 3 respostas
Há interesse em buscar mais conhecimento sobre contabilidade e finanças?	78,57% 11 respostas	14,29% 2 respostas	7,14% 1 resposta

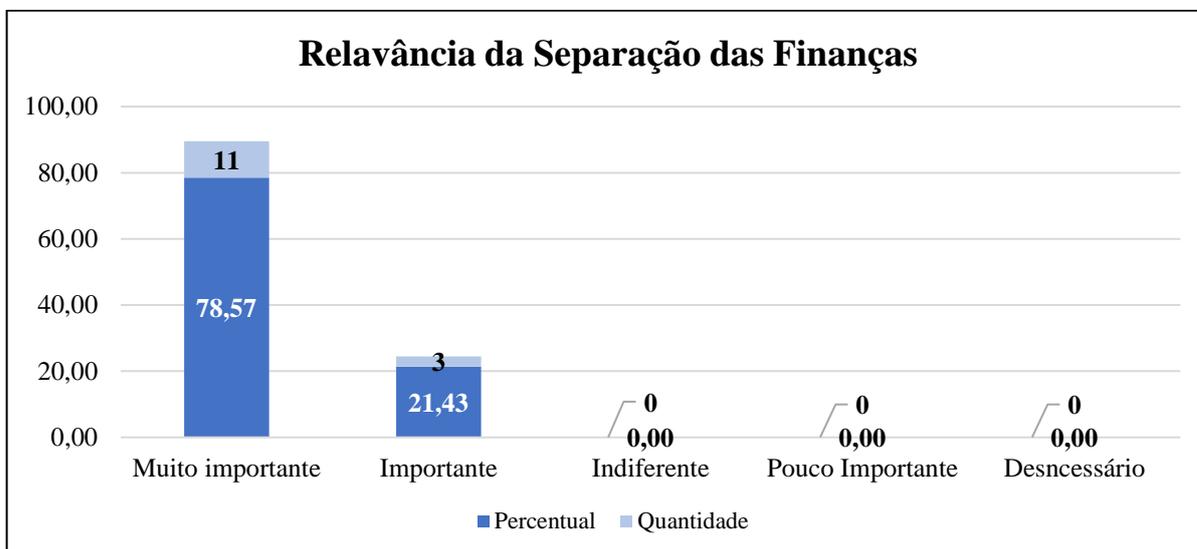
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação aos impactos da não separação das finanças empresariais e pessoais, verifica-se no Quadro 11 que mais da metade dos respondentes (64,29%) têm conhecimento das consequências e cerca de 14,29% têm conhecimento parcial. Nesse sentido pode-se analisar que, mesmo possuindo consciência dos impactos, 50% ainda não adota a prática de separação ou adota parcialmente, conforme apresentado anteriormente. Ou seja, há conhecimento dos impactos da não separação de finanças empresariais e pessoais, mas não há o mesmo percentual de adesão à prática.

A educação financeira é uma forte aliada ao empreendedorismo promissor, e para Sebrae (2018), essa instrução é essencial aos gestores e empreendedores no que tange ao controle financeiro e organização para, assim, possuir uma gestão adequada das finanças empresariais. Diante disso, percebe-se a consciência e o interesse da maioria dos gestores e/ou sócios na busca por mais conhecimento de contabilidade e finanças, por outro lado, verifica-se resistência por parte de alguns, pois 21,43% afirmam não possuir interesse ou possuir interesse parcial.

Ainda, foi questionado sobre a relevância da separação das finanças empresariais e pessoais para as organizações e os resultados são apresentados no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Relevância da Separação das Finanças empresariais e pessoais



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Pode-se observar um número elevado de respondentes (78,57%) que acredita ser muito importante a separação das finanças, o que remete, novamente, ao fato de que há consciência por parte dos gestores e/ou sócios, mas a prática não é adotada em sua totalidade.

Questionou-se, também, sobre a relação entre Instrução/Educação Financeira e sucesso empresarial, sendo tratada como uma aliada à gestão e os mesmos percentuais podem ser encontrados, conforme o Quadro 12:

Quadro 12 – Instrução Financeira e Gestão Empresarial

Grau	Quantidade	Percentual
Muito importante	11	78,57%
Importante	3	21,43% (continua)
Grau	Quantidade	Percentual (continuação)
Total	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Constata-se que 78,57% dos respondentes acreditam que a Instrução Financeira é muito importante enquanto aliada para a gestão empresarial, mesmo para aqueles que não possuem interesse, ou possuem parcialmente, pela busca de mais conhecimento acerca do tema (21,43%).

Por fim, foi proposta uma reflexão aos participantes da pesquisa sobre a importância da separação das finanças pessoais e empresariais, bem como sua relevância para a gestão dos

negócios. Além disso, buscou-se identificar as perspectivas sobre o tema e quais as melhorias poderiam ser aplicadas após a reflexão proporcionada pelas questões. Os principais resultados da pesquisa mostram que, alguns respondentes relataram que já adotam a prática e que, desde o início dos negócios, tiveram em mente a importância atribuída a essa gestão, seja ela em empresas de cunho familiar, onde a administração é realizada por familiares e estes possuem um cuidado específico com os negócios: seja ela por empresas com sócios, visto que há enorme importância em saber quanto custa o funcionamento da empresa, para, dessa forma, dimensionar a geração de lucro e a divisão das despesas.

Ademais, observa-se a importância da prática no sentido de controle e clareza das contas, facilitando o desenvolvimento, organização e perspectivas para o futuro, a identificação do progresso/situação financeira empresarial, com o intuito de evitar *déficits* e falências. Ainda, constata-se a cobrança da prática por parte dos escritórios contábeis e o interesse dessas pessoas em fazer, inclusive, controles mais específicos de entradas e saídas de ambas as contas (empresariais e pessoais), para que haja maior organização e possibilidade de investimento do lucro. Nesse mesmo sentido, observa-se a relevância atribuída à revisão de processos e valores empresariais.

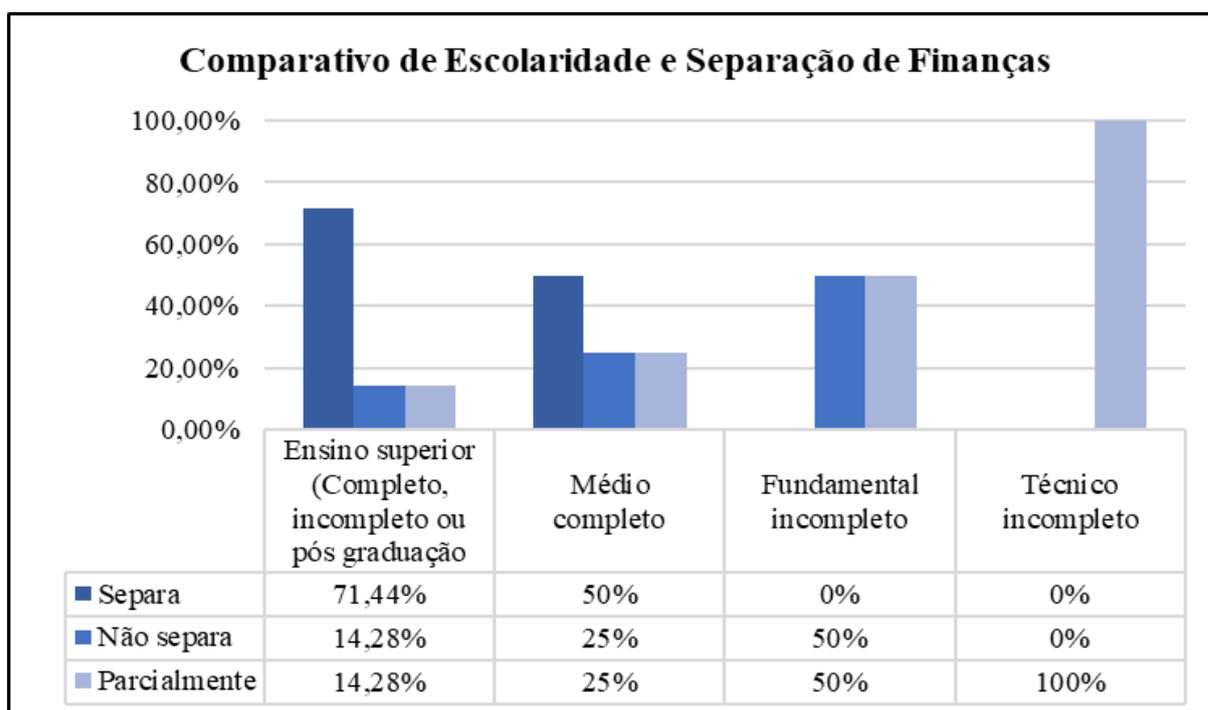
Em contrapartida, verifica-se por parte de alguns respondentes a não intenção em fazer algo diferente em relação à prática já adotada, pelo fato de a empresa ser familiar e não ter sócios, ou pela falta de tempo e disposição. Alguns respondentes informaram já ter se questionado sobre o assunto e outros disseram que ainda não haviam pensado a respeito.

Através do relato dos demais respondentes, pode-se observar que se acredita na importância da separação das finanças empresariais e pessoais, bem como na forma de administrar as finanças dos negócios, principalmente no que tange a porcentagens mais bem definidas, mas que não haviam parado para pensar nos problemas e impactos que poderiam gerar para o empreendimento. Apesar disso, possuem grande interesse em obter mais conhecimento sobre o tema, com o intuito de agregar valor ao negócio.

4.5 Análises complementares

Visando obter maiores informações, bem como relações entre as respostas e o perfil dos respondentes, inicialmente foi realizado um comparativo entre a escolaridade dos respondentes com a prática de separação de finanças empresariais e pessoais. Os resultados são apresentados no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Comparativo entre Escolaridade e Separação de Finanças



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Através do Gráfico 5, observa-se que, conforme o aumento gradativo da escolaridade há mais ocorrências da separação de finanças empresariais e pessoais. Percebe-se que nenhum dos respondentes que possuem ensino fundamental incompleto faz a separação de finanças, enquanto 74,44% dos empreendedores que tiverem contato com o Ensino superior fazem esta dissociação.

Buscou-se, também, fazer o comparativo entre o conhecimento acerca do Princípio da Entidade com a separação das finanças empresariais e pessoais e os resultados estão dispostos no Quadro 13:

Quadro 13 – Comparativo de conhecimento acerca do Princípio da Entidade com a separação de finanças empresariais e pessoais

Conhecimento do Princípio da Entidade	Separação das finanças		
	Sim	Não	Parcialmente
Não ouvi falar e não tenho conhecimento	42,86% (3 respostas)	28,57% (2 respostas)	28,57% (2 respostas)
Já ouvi falar, mas não tenho conhecimento	50% (2 respostas)	25% (1 resposta)	25% (1 resposta)
Sim e tenho conhecimento	66,67% (2 respostas)	0%	33,33% (1 resposta)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Através do Quadro 13, pode-se observar alguns pontos como: 57,14% dos respondentes que não possuem conhecimento acerca do Princípio da Entidade fazem a separação das finanças de forma parcial ou não fazem. Resultado semelhante também pode ser observado com os respondentes que já ouviram falar, mas não possuem conhecimento do Princípio, em que 50% dos empreendedores fazem a separação de forma parcial ou não fazem. Em relação aos que possuem conhecimento acerca do Princípio, a maioria (66,67%) faz a separação das finanças.

Tais resultados evidenciam a importância que se tem do conhecimento contábil e financeiro para a gestão dos negócios, visando representar com fidedignidade as informações da empresa e contribuir com decisões assertivas que culminem no sucesso empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar como ocorre a separação das finanças empresariais e pessoais no ramo hoteleiro de São Francisco de Paula/RS, bem como a importância atribuída a esta prática, suas consequências e a relevância da Educação Financeira no sucesso empresarial.

É válido ressaltar que a pesquisa contou com diferentes perfis de respondentes, seja no quesito tempo de experiência no ramo, escolaridade e perfil do negócio, o que culmina para um resultado com visão ampla e diversificada do assunto. Quanto aos objetivos delineados, de acordo com o planejado, todos foram atingidos plenamente.

Através da pesquisa, pode-se observar que mais da metade dos respondentes apresenta pouco ou nenhum grau de Instrução Financeira, evidenciando, assim, a carência de informação financeira para a gestão dos negócios, como pôde ser percebido, também, no estudo de Sprenger, Pereira e Sperb (2021). Ainda, destacou-se que grande parte desconhece o Princípio da Entidade e os que possuem conhecimento sobre o assunto aprenderam através da Graduação/Cursos ou por meio de escritórios e consultorias.

No que tange às práticas relacionadas às Finanças, observou-se que o resultado se apresenta dividido, sendo que a metade faz a separação das finanças e a outra metade adota a prática de forma parcial ou não adota, em contrapartida a maioria não faz saques ou retiradas não previstas aos sócios. Ainda, observou-se um elevado percentual que não faz uma predefinição de pró-labore ou retirada de lucros e que controla as finanças empresariais e pessoais de forma unificada, não consegue separar ou não controla. O que de fato pode evidenciar a falta de planejamento financeiro em decorrência da carência de informações que evidenciem a importância da prática. Os principais motivos apresentados para a não separação

das finanças empresariais e pessoais foram: não possuir sócio e precisar prestar contas a ele, falta de planejamento e valores pequenos ou irrisórios resultados semelhantes foram encontrados em Hugentobler e Heidrich (2019), e no que tange às principais ferramentas utilizadas para a separação das finanças, evidenciou-se a utilização do extrato bancário, anotações em um caderno e planilhas.

Quanto à importância atribuída à Prática e à Busca por conhecimento, identificou-se que há conhecimento total ou parcial em relação aos impactos da não separação das finanças empresariais e pessoais, nesse sentido, pode-se relacionar com o percentual de adesão a prática, o qual não há os mesmos percentuais. Ou seja, há conhecimento dos impactos, mas não há o mesmo percentual de adesão à prática de separação de finanças empresariais e pessoais. Observa-se, ainda, que há consciência da relevância da prática, sendo tratada como muito importante ou importante.

Em relação ao interesse pela busca de mais conhecimento sobre contabilidade e finanças, verificou-se que a maioria dos gestores possui interesse, no entanto há resistência por parte de alguns, os quais afirmaram não possuir interesse ou interesse parcial. Outra constatação foi a importância atribuída à Instrução Financeira para a gestão empresarial, mesmo para aqueles que possuem certa resistência na busca por mais conhecimento.

Através da reflexão de cada gestor e/ou sócio em relação ao tema e suas perspectivas futuras, pode-se observar três visões diferentes em ordem de quantidade de respostas: A primeira, refletindo a importância atribuída ao tema e a consciência dos impactos, principalmente no sentido de controle, identificação do progresso financeiro da empresa e aplicação de recursos; a segunda visão evidenciou o desconhecimento sobre os problemas e os impactos da não separação das finanças empresariais e pessoais, porém com grande interesse em obter mais conhecimento; e a terceira visão mostrou que, por parte de alguns respondentes, não há intenção em fazer algo diferente, tendo em vista seus motivos.

Por fim, este estudo permitiu algumas constatações adjacentes ao objetivo principal da pesquisa. Por exemplo, pode-se perceber que existe carência de informações relacionadas a finanças e falta de apoio aos gestores e/ou sócios na busca por conhecimento. Com relação às aplicações práticas da pesquisa, recomendam-se a separação das finanças empresariais e pessoais e a busca por Instrução Financeira, visto que ambas são extremamente necessárias no sentido de controle, organização e planejamento, para evitar, inclusive, a falência.

Tendo em vista o período recente vivenciado, marcado pela pandemia do Coronavírus, esse setor foi bastante impactado, merecendo, inclusive, atenção por parte dos estudos que possam auxiliar na retomada das atividades e proporcionar informações sobre controles

financeiros, como é o caso da presente pesquisa. Sugere-se, ainda, a ampliação da pesquisa para outras cidades e ramos, e, principalmente, a disseminação de conhecimento sobre um tema tão primordial para o nascer, manter e crescer de uma empresa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcio. **O que é fluxo de caixa e como ele pode ajudar sua empresa.**

Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/o-que-e-fluxo-de-caixa/>>. Acesso em 12 set. 2021.

BATEMAN, T. S; SNELL, S. A. **Administração:** Novo cenário competitivo [recurso eletrônico]. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, Código Civil.2002. Disponível em:

<<file:///C:/Users/tcn0t/Downloads/1980-Texto%20do%20Artigo-5051-1-10-20210210.pdf>>. Acesso em 27 out. 2021

BRASIL. **Lei nº 11.771**, Política Nacional do Turismo. 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em 12 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.172**, Código Tributário Nacional. 1966. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm>. Acesso em 21 out. 2022.

CFC. **Norma brasileira de contabilidade**, NBC TG Estrutura conceitual. Brasil: 2019.

Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2021

CFC. **Norma brasileira de contabilidade**, NBC TSP Estrutura conceitual. Brasil: 2016a.

Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em 04 setembro de 2021.

CFC. **Resolução CFC nº 1282/2010**. Brasil: 2010. Disponível em:

<https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282&arquivo=Res_1282.doc>. Acesso em 11 nov. 2021

CFC. **Resolução CFC nº 750/93**. Brasil: 1993. Disponível em:

<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.pdf>. Acesso em 11 nov. 2021

CFC. **Revogação da Resolução nº 750 /1993:** contexto e considerações. Brasil: 2016b.

Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes/>>. Acesso em 04 set. 2021.

CHENÇO, Edson Carlos. **Fundamentos em Finanças**. [recurso eletrônico] Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

CHIARADIA, Janaina. **A importância da Educação Financeira na Infância**. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/opiniaoin-loco-novas-tendencias-do-direito/a-importancia-da-educacao-financeira-na-infancia/>>. Acesso em 20 nov. 2021.

COLÉGIO ARNALDO. **Por que é importante ensinar educação financeira para os filhos?** Disponível em: <<https://blog.colegioarnaldo.com.br/educacao-financeira-para-os-filhos/>>. Acesso em 20 nov. 2021.

COSTA, Fábio Moraes de. **Revogação da Resolução nº 750/1993: contexto e considerações**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes>>. Acesso em 04 set. 2021.

FERNANDES, Regina. **Contas pessoais + contas da empresa = problemas, na certa!** Saiba por que e como separar. Disponível em: <<https://capitalsocial.cnt.br/contas-pessoais-contas-da-empresa/#1-problemas-em-misturar-contas-pessoas-e-contas-da-empresa>>. Acesso em 04 set. 2021

FGV. **Impactos da Cadeia Hoteleira na Economia do Brasil**. Disponível em: <<http://promonde.com.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Impactos-da-Cadeia-Hoteleira-na-Economia-do-Brasil.pdf>>. Acesso em 02 mar 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** [recurso eletrônico]. 7. Ed. Barueri: Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social** [recurso eletrônico]. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrera Rios; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito comercial: direito de empresa e sociedades empresárias** [recurso eletrônico]. São Paulo: Saraiva, 2007.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em 21 out. 2022.

HUGENTOBLE, Luiz; HEIDRICH, Regina. **A Importância da dissociação entre finanças empresariais e as finanças pessoais dos empresários individuais do município de Taquara/RS**. Revista de Administração de Empresas Eletrônica – RAEE, n. 13, p. 157-187, 2019. Disponível em:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade** [recurso eletrônico]. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade** [recurso eletrônico]. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LEMES JR., Antonio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi; RIGO, Claudio Miessa. **Fundamentos de Finanças Empresariais Técnicas e Práticas Essenciais** [recurso eletrônico]. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

LEXOS. **Finanças empresariais: Como funciona este setor?**. Disponível em: <<https://blog.lexos.com.br/financas-empresariais/>>. Acesso em 16 out. 2021.

LOPES, Aleksandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica** [recurso eletrônico]. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PETROCCHI, Mário. **Hotelaria: planejamento e gestão** [recurso eletrônico]. São Paulo: Futura, 2002

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REEVE, James M., WARREN, Carl S., DUCHAC, Jonathan E., PADOVEZE, Clóvis Luís. **Fundamentos de Contabilidade. Princípios** [recurso eletrônico]. 22 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura; COELHO, Juliana Moura Ribeiro. **Princípios de contabilidade comentados** [recurso eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SAMPIERI, Roberto H; COLLADO, Carlos F; LUCIO, María. **Métodos de pesquisa**. [recurso eletrônico] .5. Ed. Porto Alegre, 2013.

SEBRAE. **A Importância da Educação Financeira para empreendedores**. Disponível em: <<https://sebraemg.com.br/blog/a-importancia-da-educacao-financeira-para-empresarios/>>. Acesso em 20 nov. 2021.

SEBRAE. **Encadeamento produtivo: Cadeia do Turismo (sol e praia, religioso e eventos)**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Encadeamento%20produtivo%20-%20Cadeia%20do%20turismo%20na%20Bahia.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2022

SEBRAE. **Pró-labore: saiba tudo sobre o assunto**. Disponível em: <<https://respostas.sebrae.com.br/pro-labore-saiba-tudo-sobre-o-assunto/>>. Acesso em 12 ago. 2022.

SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Sao_Francisco_de_Paula.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SILVA, Daiane. **A importância do gerenciamento do fluxo de caixa e da observância do princípio da entidade para o microempreendedor individual (MEI) – Um estudo em Vicentina/MS**. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4617/1/DaianeAparecidaSoaresdaSilva.pdf>>. Acesso em 27 out. 2021

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** [recurso eletrônico]. 3. ed. Florianópolis: LED/ PPGEP/UFSC, 2001.

SPRENGER, Kélim Bernardes; PEREIRA, Tatiane Pietrobelli; SPERB, Samuel Mariano. **Fatores Determinantes da Continuidade Operacional em Micro e Pequenas Empresas do Vale do Paranhana/RS**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 11, n. 2, p. 60-80, 2021.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças Aplicadas para Empresas de Sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012.